

RELATÓRIO E CONTAS

ANO 2016



SEDE
Rua Pinheiro de Campanhã, 168
4300-415 Porto
T 225 193 810 F 225 193 811
geral@centrojuvenilcampanha.com

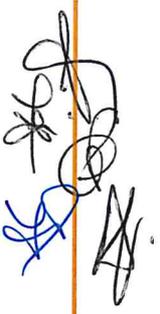
NIF 501275983

PÓLO
Rua da Estrada Velha, Lugar de Areia, Árvore
4480-107 Vila do Conde
T 252 249 470 F 252 249 479
geral@centrojuvenilcampanha.com

ÍNDICE

Órgãos Sociais.....	2
A Administração.....	3
Intervenção Social.....	4
1. Casa de Acolhimento com Unidade de Emergência e Casa de Acolhimento Temporário – Sede.....	4
2. Casa de Acolhimento com Unidade de Emergência – Pólo Vila do Conde..	8
3. Creche – Sede.....	15
4. Pré-Escolar – Sede.....	17
Recursos Humanos.....	19
1. Organograma.....	19
2. Análise dos Colaboradores por Estabelecimento.....	20
3. Faixas Etárias dos Colaboradores.....	22
4. Rescisões do Contrato de Trabalho.....	22
5. Habilitações Literárias.....	23
6. Género.....	24
6. Estágios Profissionais.....	24
Demonstrações Financeiras.....	25
1. Balanço Individual.....	25
2. Demonstração Individual de Resultados por Naturezas.....	26
3. Demonstração Individual de Resultados por Funções.....	27
4. Demonstração Individual de Fluxos de Caixa.....	28
Anexo.....	29





Órgãos Sociais

Assembleia Geral

Presidente

1º Secretário Vítor Manuel Santos Oliveira

2º Secretário Joaquim Manuel Ferreira

Administração

Presidente Armando Antero Rodrigues Moreira

Tesoureiro Maria João Ferreira Borges de Avelar

1º Secretário Nuno Miguel de Oliveira Moreira

1º Vogal Joana Isabel Florido Duarte Silva Martins Pereira

2º Vogal Carla Manuela da Silva Pereira

Conselho Fiscal

Presidente José Pedro Florido Duarte Silva Martins

1º Vogal Elisabete Marina Vieira Gonçalves de Vasconcelos

2º Vogal Cecília Maria Cardoso Martins

CENTRO JUVENIL DE CAMPANHÃ



A Administração

Em 2016, o Centro Juvenil de Campanhã como objetivo principal a promoção do bem-estar e qualidade de vida das pessoas, famílias e comunidade, nomeadamente no domínio do apoio à infância e juventude, incluindo as crianças e jovens em perigo, completou 202 anos de atividade, vividos em prol do bem-estar e melhoria da qualidade de vida.

Foram feitas intervenções de conservação e criação de novos espaços no Centro Juvenil de Campanhã – sede e Pólo de Vila Conde, com investimento da instituição, pois até agora os apoios não têm existido.

A gestão levada a efeito tem sido muito apertada e eficaz, para quando é preciso termos capacidade financeira.

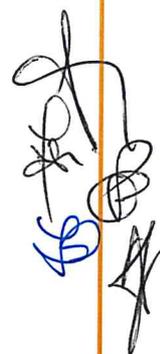
A situação financeira é estável, mas como é óbvio não queremos dizer que temos muito dinheiro, mas temos condições para nos casos do pagamento do subsídio de Férias e de Natal, não termos de recorrer à banca.

Temos tido apoio de diversas entidades empresarias, donativos de particulares e outros. Encerrado mais um ano de trabalho, a Administração não pode deixar de assinalar o seu profundo apreço e reconhecimento pelo excelente trabalho desenvolvido pelas nossas equipas técnicas e educativas ao longo do ano, pleno empenhamento e dedicação.

A todos os profissionais da instituição deixamos uma palavra de agradecimento.

Aos Voluntários agradecemos a vossa consciência social e disponibilidade são, para nós, um importante estímulo.

A última palavra, dirigi-la às entidades parceiras, públicas e privadas, que, ao longo do ano 2016, têm confiado e dão um firme apoio à nossa instituição. Este apoio confere ao Centro Juvenil de Campanhã um precioso estatuto de credibilidade a que não podemos deixar de responder senão com mais trabalho, sério e honesto.



Intervenção Social

1. Casa de Acolhimento com Unidade de Emergência Casa de Acolhimento Temporária (Sede)

O Centro Juvenil de Campanhã desenvolveu o seu plano de atividades no ano de 2016, tendo em conta todas as crianças/jovens aqui acolhidas, as suas individualidades, as suas necessidades específicas e o seu bem-estar.

Ao longo do ano houve a preocupação por parte de toda a comunidade inerente ao CJC de criar um ambiente de organização, afeto, disciplina e implementação de regras.

Desta forma, conseguimos inculcar valores, princípios éticos e a educação para a cidadania, fazendo da sua passagem pelo Centro Juvenil de Campanhã um momento de enriquecimento pessoal e de oportunidades que os prepare para as responsabilidades da vida adulta.

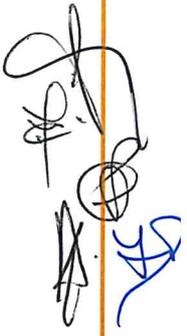
Este relatório síntese visa uma avaliação geral da concretização das atividades desenvolvidas no ano cível de 2016 com todos os jovens acolhidos na Casa de Acolhimento do Centro Juvenil de Campanhã – Sede, nas diferentes respostas sociais.

A análise das atividades teve por base o cumprimento das atividades propostas, o Interesse demonstrado pelos participantes, a avaliação dos adultos que acompanharam as crianças e jovens nas diversas atividades, a concretização das aprendizagens/objetivos propostos bem como uma referência aos pontos fortes e fracos das atividades.

O Plano Anual de Atividades contemplou atividades de carácter regular e outras que se realizaram em períodos de pausas letivas ou em épocas festivas.

No que refere às atividades de carácter regular, que pretendem acima de tudo promover/fortalecer os vínculos afetivos entre os jovens e entre estes e as equipas de profissionais decorreram de forma positiva. Registou-se uma melhoria nas relações estabelecidas com os jovens, fruto dos momentos de lazer promovidos diariamente, do acompanhamento nas tarefas e responsabilidades diárias, bem como, das intervenções socioeducativas regulares.

Para além do acompanhamento ao estudo contemplado no plano de atividades, nas salas de grupo foi possível criar outras atividades de carácter lúdico, tendo para isso sido fundamental o apoio da equipa de voluntários e estagiários que tivemos ao longo do ano.



Nas atividades desportivas tivemos uma adesão significativa por parte das crianças e jovens, destacando-se o gosto pela atividade do futebol e das artes marciais do Savate.

Realizaram-se ainda atividades de educação física, de dança e outras relacionadas com as artes plásticas.

Relativamente às atividades programadas para as pausas letivas/interrupções escolares, onde se deu prioridade à realização de atividades a decorrer fora da Instituição (visitas a museus, parques, campismo, praias, etc...), consideramos que na sua maioria, decorreram de modo positivo, tendo as crianças/jovens aderido com interesse e motivação, principalmente no que respeita às atividades de acampamento, promovidas pela associação Terra Viva e as de verão, onde se destacam as idas à praia, aos parques aquáticos e o mês de agosto, passado no Pólo de Vila do Conde.

Nas atividades celebradas em datas específicas, tais como festa de Carnaval, Páscoa, Dia Mundial da Criança, festa de S. João, o dia de S. Martinho e Halloween onde se pretendeu inculir nas crianças/jovens padrões culturais relacionados com as datas, estas decorram de forma positiva. Neste ponto, tivemos ainda a realização da festa de Natal do Centro Juvenil de Campanhã, onde participaram as crianças/jovens do pólo de Vila do Conde e restante comunidade Institucional.

Resta mencionar que durante o mês de dezembro de 2016 foi inaugurado o novo salão de jogos, que, entretanto, foi completamente remodelado, onde as crianças/jovens podem usufruir de um salão de televisão, uma sala de computadores com acesso à internet, uma sala para a Playstation, duas mesas de bilhar, duas mesas de matraquilhos, uma mesa de ping-pong e diversos jogos de mesa.

Pontos fortes e fracos das atividades

Os pontos fortes:

- A realização concretizada das atividades e a prossecução dos objetivos inicialmente delineados;
- O empenho e envolvimento das crianças/jovens nas atividades desenvolvidas;
- O espírito de equipa e trabalho entre as equipas, com o apoio da equipa de voluntários e de estagiários;
- A disponibilidade de verbas para o cumprimento das atividades que implicaram custos;

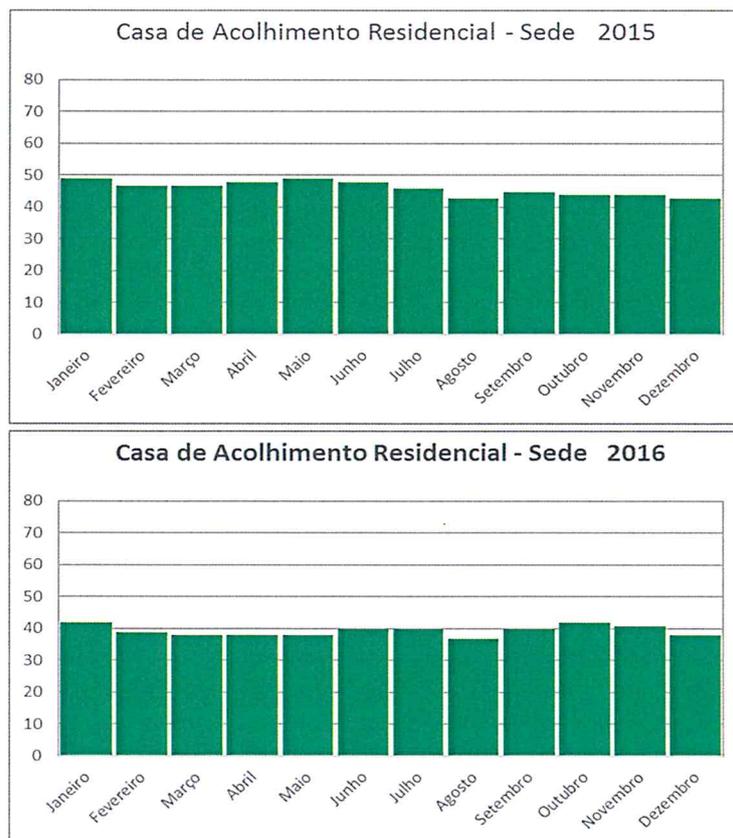
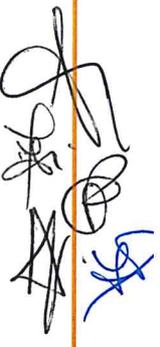
- A promoção do contacto dos jovens com o exterior bem como com a comunidade envolvente do Centro Juvenil de Campanhã;
- A promoção da relação institucional entre os jovens da Casa de Acolhimento Sede e os do Pólo Vila do Conde.

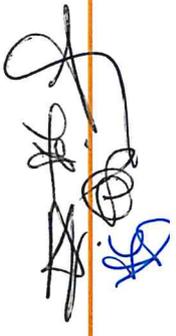
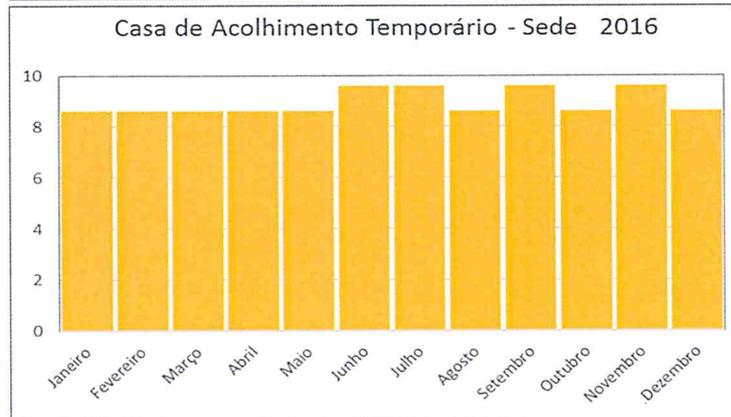
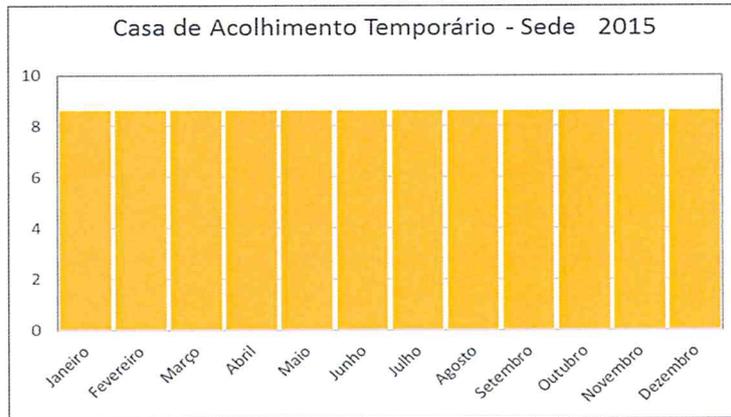
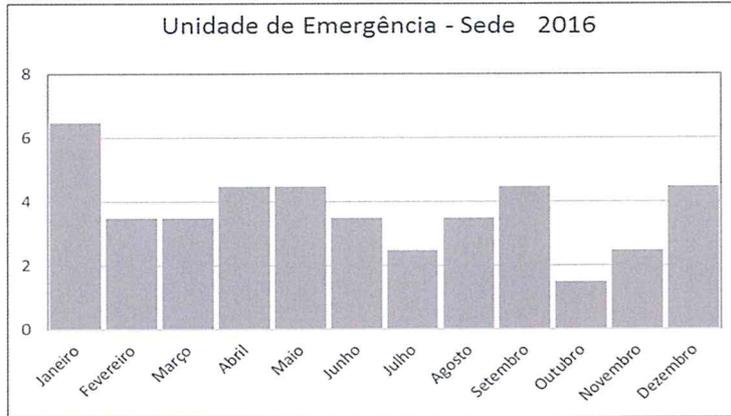
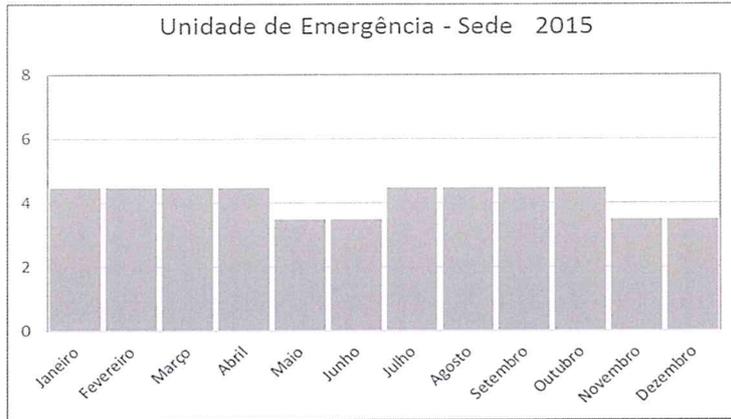
Pontos fracos:

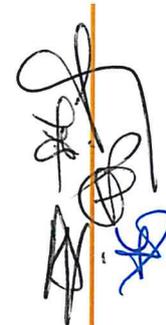
- É necessária uma maior disponibilidade da Equipa Técnica para cumprimento de atividades lúdico-pedagógicas;
- É necessária uma maior iniciativa e propostas de atividades socioeducativas pela Equipa Educativa.

Conclusão

De uma forma geral, atividades propostas foram efetivamente realizadas com sucesso. A maioria das atividades foram concretizadas de acordo com o previsto, dando cumprimento aos objetivos propostos. As atividades foram organizadas/dinamizadas pelas equipas em colaboração com os voluntários e estagiários do CJC.



2. Casa de Acolhimento com Unidade de Emergência – Pólo de Vila do Conde

Introdução

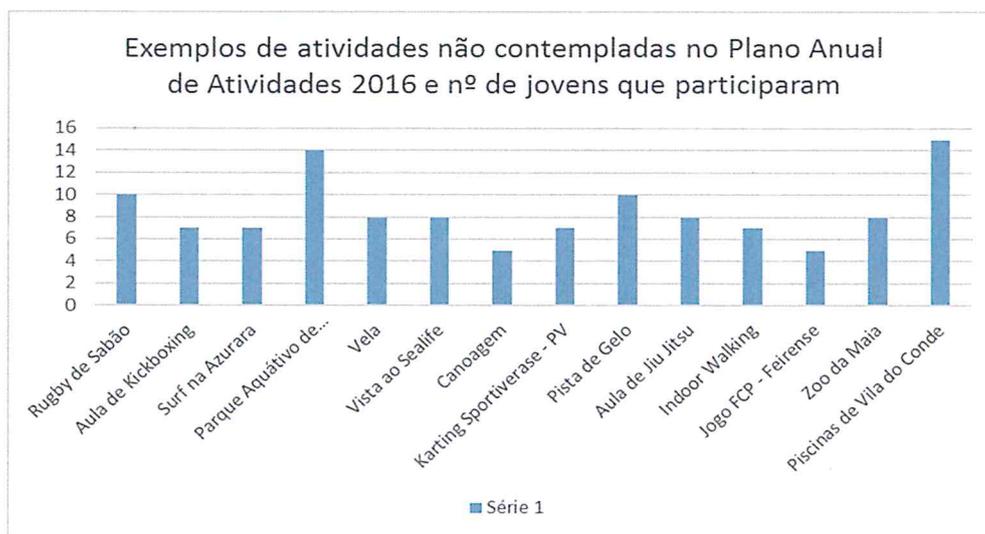
Elaborado com base no Plano Anual de Atividades de 2016 e das respetivas avaliações formais dos dinamizadores de cada atividade¹ em articulação com as avaliações não-formais dos jovens que nelas participaram, este relatório visa o cumprimento de uma avaliação geral das atividades concretizadas no ano cível de 2016 com os jovens acolhidos no Centro Juvenil de Campanhã – Pólo de Vila do Conde.

As atividades desenvolvidas têm como objetivo geral promover saberes e competências pessoais e sociais que permitam às crianças e jovens um contacto com a comunidade envolvente que reforce a normalização do seu quotidiano, dando-lhes oportunidade de usufruir de novas experiências enriquecedoras que contribuam para o desenvolvimento biopsicossocial.

Análise e Apresentação de Dados

Procedendo-se a uma análise geral das avaliações dos adultos que acompanharam as diversas atividades realizadas, verifica-se que as mesmas foram realizadas com proveito.

Como amostra de algumas das atividades não contempladas no Plano Anual de Atividades para 2016, mas realizadas com boa adesão por parte dos jovens, veja o seguinte gráfico:



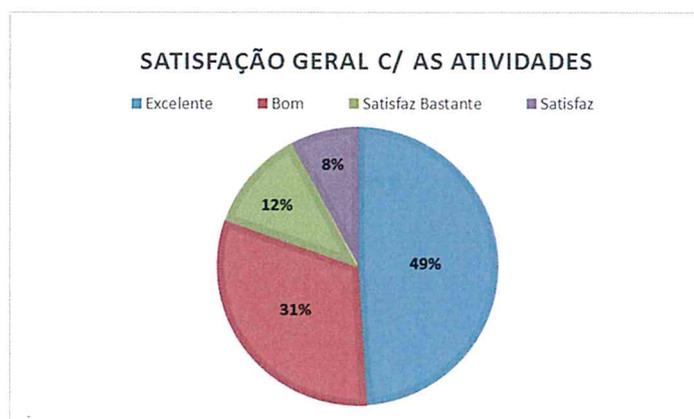
Como se verifica, embora o Plano de Atividades de 2016 previsse a realização de 28 (vinte e oito) atividades, ao longo desse ano a nossa Equipa concretizou com os jovens acolhidos

¹ Elementos da Equipa Técnica e da Equipa Educativa

um total de 51 (cinquenta e uma) atividades, verificando-se assim um acréscimo de 23 (vinte e três) atividades face ao previsto no Plano de Atividades de 2016. Esse acréscimo prendeu-se essencialmente com a já referida necessidade de readequação das atividades previstas e também com a importância de ocupar de modo profícuo e útil os tempos-livres e as pausas letivas dos jovens acolhidos.

Nas 51 (cinquenta e uma) atividades desenvolvidas ao longo de 2016, contabilizam-se 422 (quatrocentos e vinte e duas) participações de jovens, atingindo-se desta forma uma média de 8 (oito) jovens por atividade. Contudo, tal como em anos anteriores, dado o funcionamento e a dinâmica institucional, a média de participações de jovens por atividades não é constante pois está dependente de diversas variáveis: períodos do ano em que as atividades são realizadas; número de jovens acolhidos na Instituição e da respetiva condição de acolhimento; resistência e/ou rejeição de jovens na participação efetiva de determinadas atividades; entre outras variáveis.

Analisando as fichas de avaliação das atividades realizadas em 2016, observa-se que o grau de satisfação geral em relação às atividades foi excelente². Tal como sucedeu com o Plano Anual de Atividades de 2015, o gosto e o interesse dos jovens participantes no Plano Anual de Atividades de 2016 revelou-se principalmente nas atividades referentes à pausa letiva de verão. Sendo um período sem frequência escolar, entende-se que o realce das atividades de verão assenta no facto de serem caracterizadas pela sua calendarização e cronologia mais regular e inovadora face ao quotidiano institucional vivido pelos jovens durante o período escolar. Principalmente neste âmbito, percebe-se a motivação e o interesse dos jovens em relação às atividades de verão quando estes se declararam disponíveis para repetir algumas das atividades realizadas, sobretudo as atividades que correspondem a saídas efetivas da Instituição.

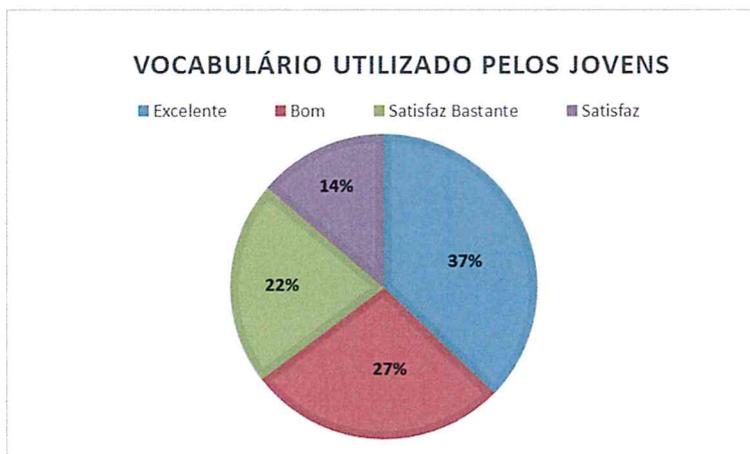
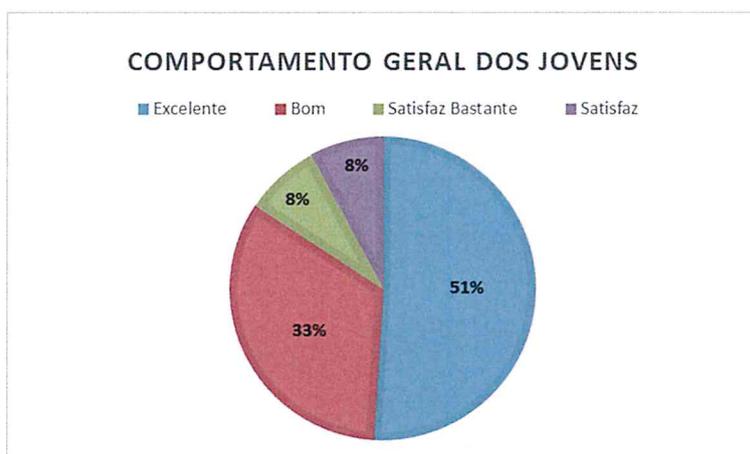


² Ver gráfico referente à Satisfação Geral c/ as Atividades.

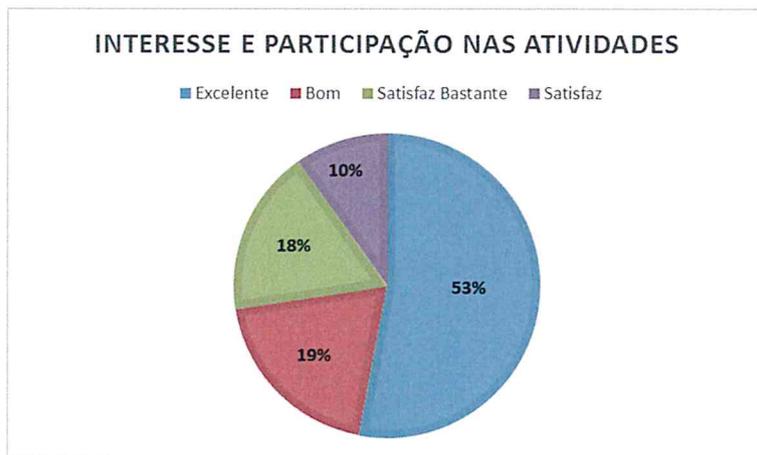
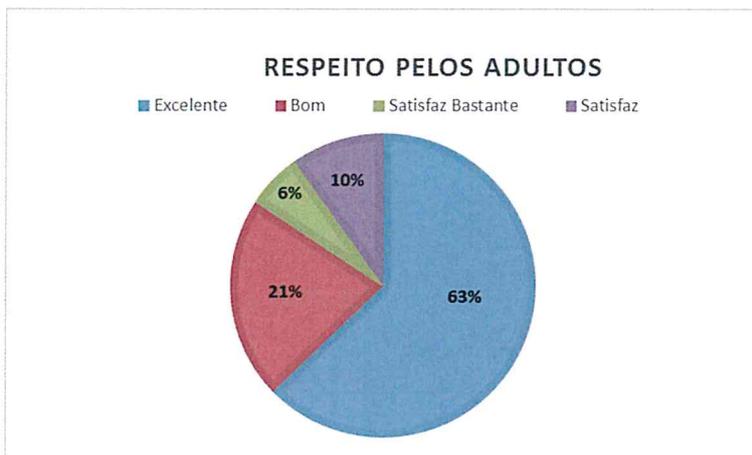


Todavia, além da importante perspetiva que valoriza o contacto e o convívio com novas pessoas e novos espaços, dos diálogos com os jovens e das avaliações efetuadas pelos dinamizadores das atividades também se compreende que os participantes continuam a gostar de celebrar datas específicas³ e que se encontram disponíveis a novas propostas de atividades.

Sendo o grau de satisfação geral com as atividades bastante positivo, os diferentes indicadores específicos que encaminham para esta amostra demonstram-se congruentes com o conteúdo apresentado nos gráficos que se seguem. Enquanto indicadores, veja-se que ao nível do comportamento, do vocabulário, do respeito mútuo e também do interesse e da participação efetiva nas atividades a maioria dos resultados igualmente se apresentam positivos e próximos dos rácios do grau de satisfação geral com as atividades:



³ Como por exemplo: São João, Magusto, festa de fim do ano letivo, festa de Natal, entre outras.





Como complemento às atividades de carácter pontual, o Plano Anual de Atividades de 2016 também contemplou atividades de rotina desenvolvidas com os jovens acolhidos. Correspondendo a um trabalho quotidiano das Equipas Técnica e Educativa, consensualmente, estas continuam a identificar melhorias na relação estabelecida com os jovens, fruto dos momentos de lazer promovidos diariamente⁴, do acompanhamento nas tarefas e nas responsabilidades diárias⁵ e das intervenções socioeducativas regulares⁶.

Embora, com margem de consolidação, a nossa Equipa continua a entender que as salas de estudo e os projetos de Desporto/Educação Física/Dança foram dinamizados de acordo com as rotinas diárias da CAR e, de igual forma, tendo em consideração as necessidades e situações identificadas no momento⁷, continuando a ser necessário promover o gosto e a aceitação dos jovens por estes exercícios.

Considerações Finais

Revendo-se o Relatório do Plano Anual de Atividades de 2015, verifica-se que a nossa Equipa tentou corresponder às propostas de melhoria apresentadas no Plano Anual de Atividades de 2016. Assim sendo, com esta estratégia de incidência nos vários aspetos em apreciação para melhoria, atentou-se o grau de cumprimento e o grau de satisfação geral das atividades previstas no Plano Anual de Atividades de 2016, bem como as, inicialmente, não especificadas nesse Plano (p.e. as várias atividades desenvolvidas nas “Férias de Verão”).

Comparando-se o ano de 2016 com o de 2015, outro aspeto em que a execução do Plano Anual de Atividades melhorara fora a estratégia adotada para a programação das atividades. Para 2016 procurou-se calendarizar exercícios lúdico-pedagógicos mais pontuais e de duração menos extensa, do gosto e do interesse dos jovens sem descartar a utilidade e a potencialidade das mesmas para o crescimento pessoal, social e cultural dos jovens participantes. Não obstante, também se projetou a dinamização de atividades que implicassem uma logística e recursos (humanos, materiais e financeiros) mais flexíveis e acessíveis.

⁴ Como por exemplo: visualização de TV, jogos de computador e competições de matraquilhos/bilhar/ping-pong.

⁵ Como por exemplo: arrumação do quarto e a realização das salas de estudo.

⁶ Como por exemplo: ato de entrega das semanadas.

⁷ Como por exemplo: durante o período de suspensões escolares, de faltas injustificadas às aulas, entre outras.

No que concerne aos recursos humanos, verificou-se nos dinamizadores das atividades um nível superior de autonomia, pontualidade e rigor na avaliação e no registo de execução das diferentes atividades desenvolvidas ao longo do ano⁸, denotando-se desta forma mais assertividade das Equipas (Técnica e Educativa) no cumprimento de atividades e, simultaneamente, na promoção de uma atitude mais participativa dos jovens em relação às atividades nas diferentes fases que as compõem⁹.

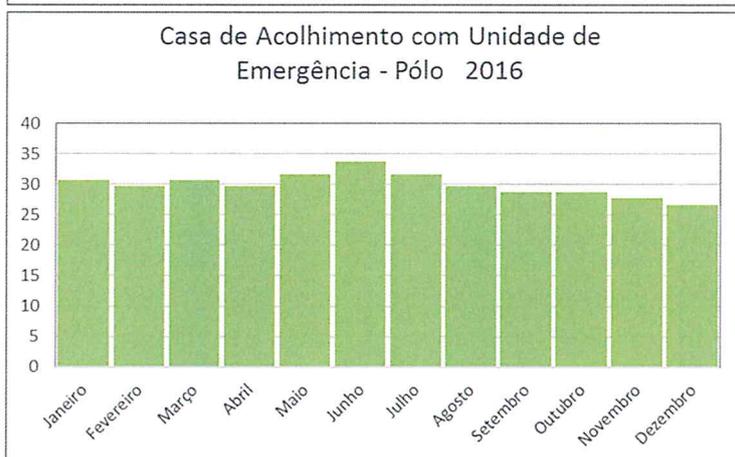
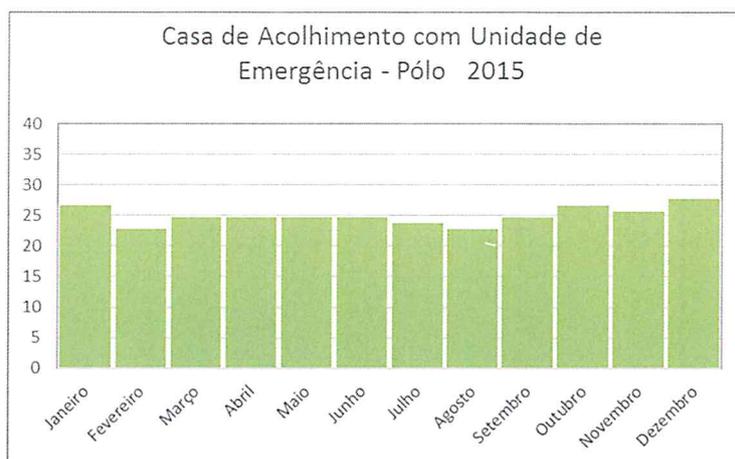
Para terminar este relatório, ao nível da interinstitucionalidade, importa realçar que 12 (doze) das 51 (cinquenta e uma) atividades realizadas desenvolveram-se em conjunto entre as valências de acolhimento do Centro Juvenil de Campanhã (Sede e Pólo Vila do Conde). Ainda se destacam as duas atividades desportivas que o Centro Juvenil de Campanhã - Pólo Vila do Conde disputou com outras instituições de acolhimento da zona Norte do país.

Ao nível das parcerias estabelecidas parece-nos importante salientar os diversos Planos Cooperados de Intervenção e/ou parcerias instituídos de relevo entre a nossa CAR e outras entidades como, por exemplo, Instituto Politécnico de Leiria e Escola Superior de Educação de Paula Frassinetti. Acrescentamos, como exemplo, a Associação Cultural e Desportiva de Fajozes e o Clube Desportivo de Árvore que permitem aos nossos jovens a prática desportiva beneficiando de tudo o que desta advém. Realçamos que o Centro Juvenil de Campanhã – Pólo de Vila do Conde é parceiro do Conselho Local de Ação Social – Rede Social de Vila do Conde.



⁸ Por exemplo: preenchimento das fichas de avaliação; nas conversas intencionais com os jovens e no registo fotográfico das atividades.

⁹ Na fase de planificação através da apresentação de propostas de atividades que gostassem de realizar, na fase de desenvolvimento e nas avaliações dessas mesmas atividades.

3. Creche - Sede

Introdução

O Plano Anual de Atividade (PAA) foi encarado numa dupla perspetiva:

- um instrumento de planificação, na medida em que procurou programar as atividades desenvolvidas no ano de 2016;
- de envolvimento e comunicação por parte de todos os atores educativos. Contudo, o PAA nunca foi encarado como um documento “encerrado”, a existência de um plano previamente definido foi, sem dúvida, um excelente auxiliar de sucesso, mas permaneceu aberto ao seu próprio enriquecimento.

Sendo o Plano Anual de Atividades o instrumento que consagra as atividades desenvolvidas ao longo de todo o ano letivo, elaborado em estreita articulação com o **Projeto Educativo de Creche** e o **Manual de Qualidade em Creche**, importa agora no final, fazer uma reflexão sobre o seu grau de execução e o envolvimento dos vários atores educativos na prossecução do mesmo com o objetivo primordial de se conseguirem cumprir os objetivos propostos até ao final do ano letivo.

Atividades do PAA

Das 20 atividades propostas e aprovadas no PAA, todas foram realizadas com sucesso. Foi decidido pela equipe pedagógica a não realização de três atividades, por uma questão de organização temporal.

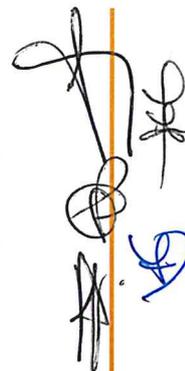
No mês de novembro surgiu a iniciativa de participar na Campanha do Pai Natal solidário dos CTT (www.painatalsolidario.pt).

Esta experiência foi bastante positiva tendo em conta o meio socioeconómico em que estamos inseridos.

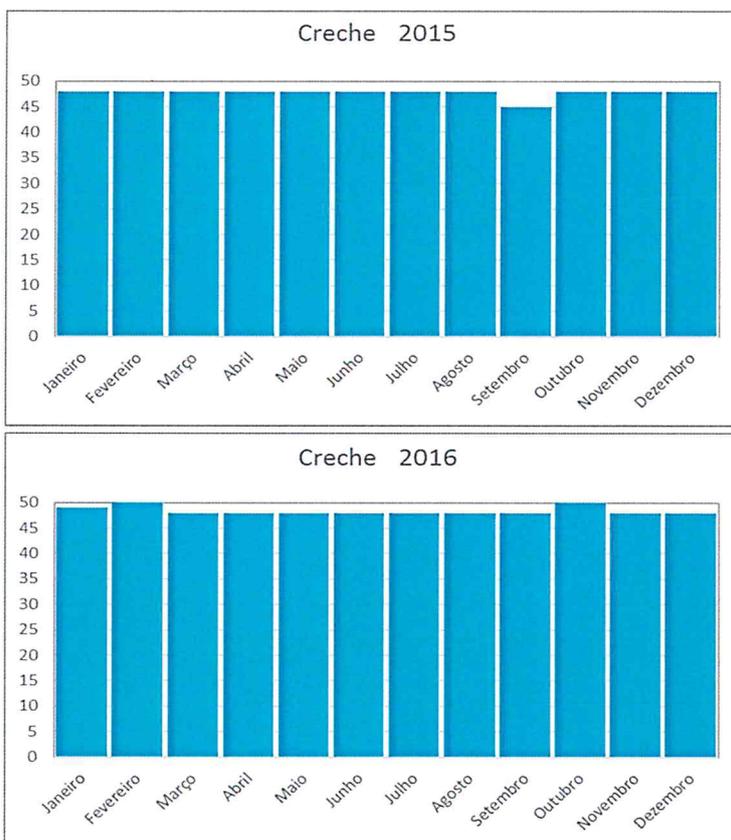
Conclusão

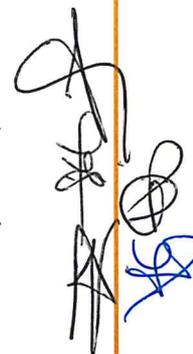
Na sequência do cumprimento do PAA e considerando as atividades até agora realizadas destacam-se como aspetos mais relevantes:

- O elevado grau de execução do PAA;
- A calendarização foi cumprida;
- Participação dos elementos da comunidade educativa na concretização do plano;



- Contributo para o enriquecimento curricular dos alunos;
- Empenho e participação da comunidade educativa;
- Pertinência e adequação dos temas propostos;
- Promoção da interdisciplinaridade e da articulação de conteúdos e competências;
- Envolvimento da creche com a comunidade.



4. Pré-Escolar - Sede

Introdução

O Plano Anual de Atividade (PAA) foi encarado numa dupla perspetiva:

- um instrumento de planificação, na medida em que procurou programar as atividades desenvolvidas durante o ano de 2016;
- de envolvimento e comunicação por parte de todos os atores educativos. Contudo, o PAA nunca foi encarado como um documento “encerrado”, a existência de um plano previamente definido foi, sem dúvida, um excelente auxiliar de sucesso, mas permaneceu aberto ao seu próprio enriquecimento.

Sendo o Plano Anual de Atividades o instrumento que consagra as atividades desenvolvidas ao longo de todo o ano letivo, elaborado em estreita articulação com o **Projeto Educativo do Pré escolar** e as **Orientações curriculares para a Educação Pré-escolar (2016)**, importa agora no final, fazer uma reflexão sobre o seu grau de execução e o envolvimento dos vários atores educativos na prossecução do mesmo com o objetivo primordial de se conseguirem cumprir os objetivos propostos até ao final do ano letivo.

Atividades do PAA

Das 34 atividades propostas e aprovadas no PAA, todas foram realizadas com sucesso.

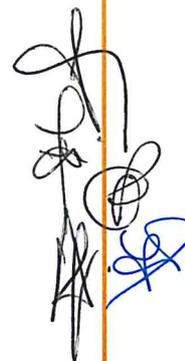
No mês de novembro surgiram duas novas atividades:

- o convite da Associação de Estudantes da Faculdade de Medicina da Universidade do Porto (AEFMUP), para a participar em mais uma edição do "Hospital dos Pequeninos". Esta atividade foi realizada no dia 29 de novembro de 2016 com sucesso;
- A iniciativa de participar na Campanha do Pai Natal solidário dos CTT (www.painatalsolidario.pt). Esta experiência foi bastante positiva tendo em conta o meio socioeconómico em que estamos inseridos.

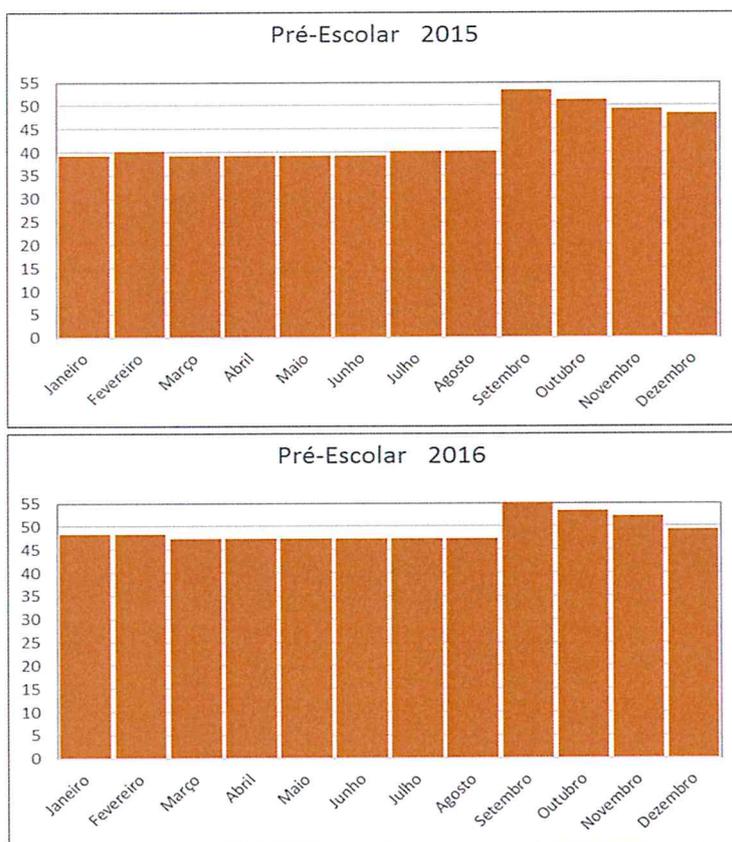
Conclusão

Na sequência do cumprimento do PAA e considerando as atividades até agora realizadas destacam-se como aspetos mais relevantes:

- O elevado grau de execução do PAA;



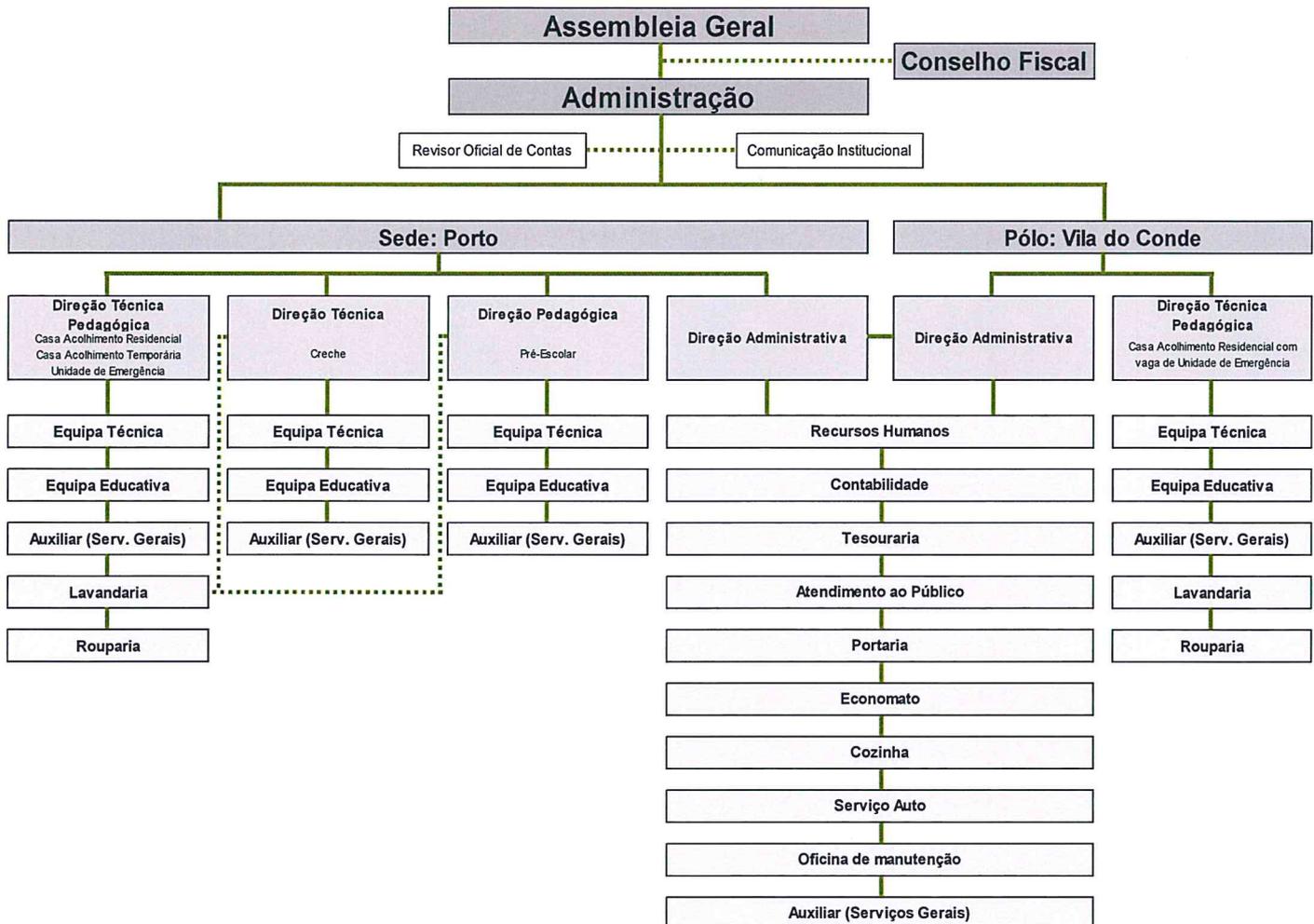
- A calendarização foi cumprida;
- Participação dos elementos da comunidade educativa na concretização do plano;
- Contributo para o enriquecimento curricular dos alunos;
- Empenho e participação da comunidade educativa;
- Pertinência e adequação dos temas propostos;
- Promoção da interdisciplinaridade e da articulação de conteúdos e competências;
- Envolvimento do pré-escolar com a comunidade.





Recursos Humanos

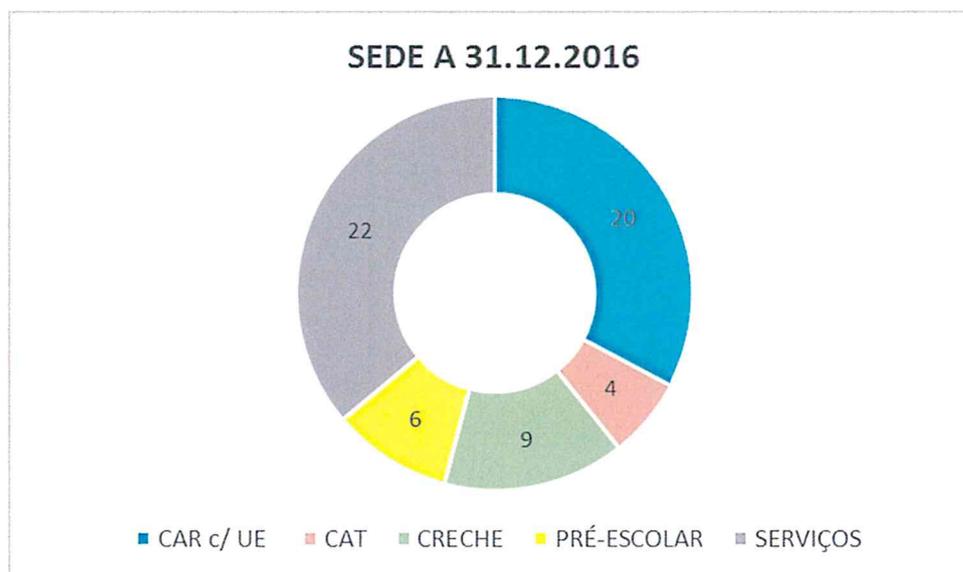
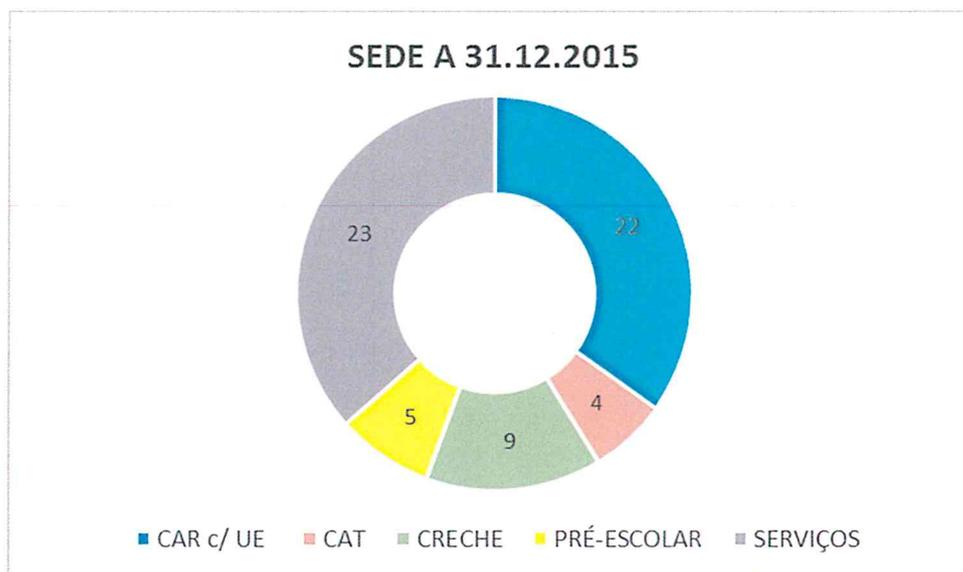
1. Organograma



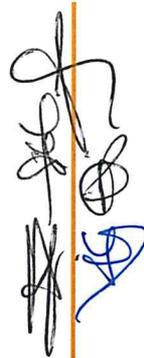
2. Análise dos colaboradores por estabelecimento

No final de 2016, o Centro Juvenil de Campanhã integrava nos seus quadros 85 funcionários e outros que prestam regularmente trabalho em regime de contrato de prestação de serviços que totalizam 9.

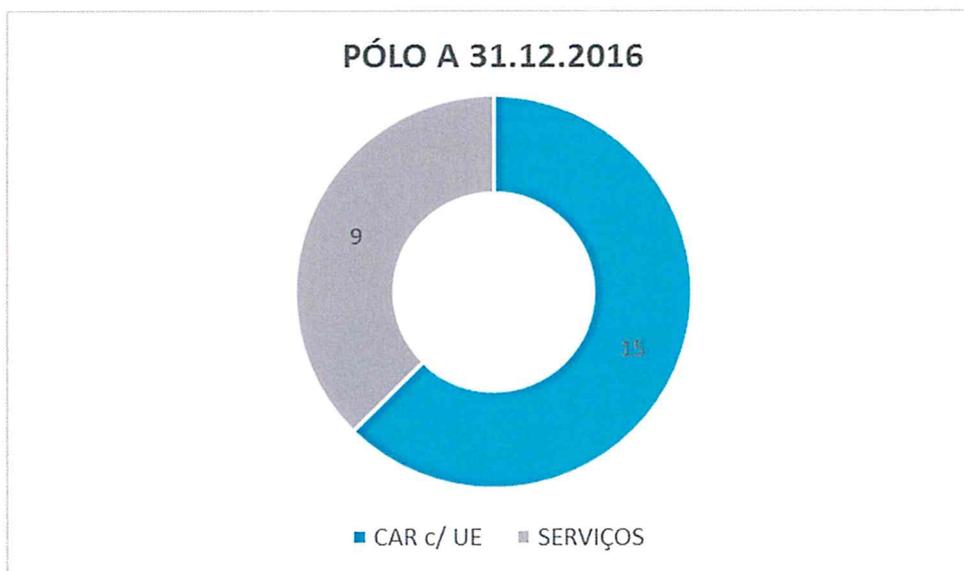
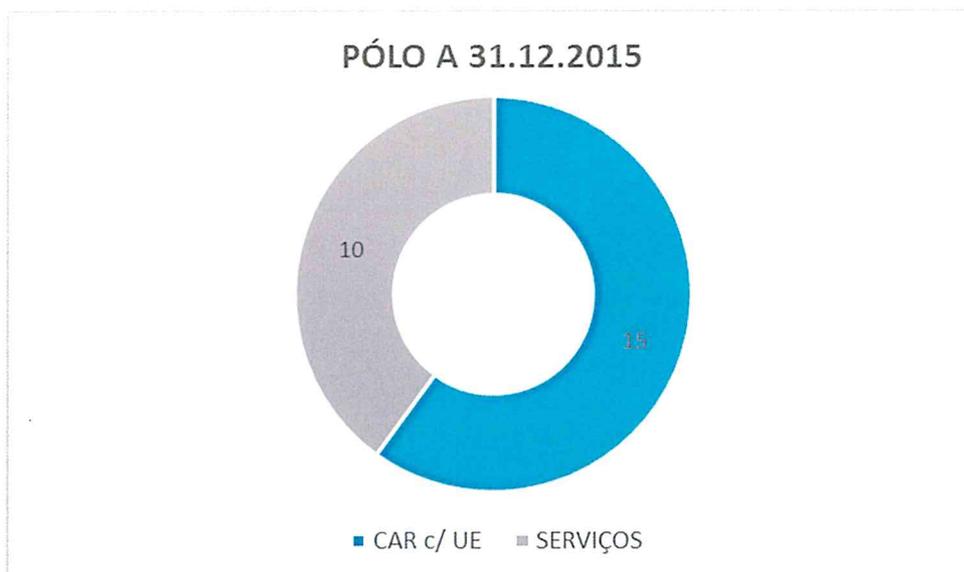
O volume de recursos diminuiu em relação ao ano de 2015.



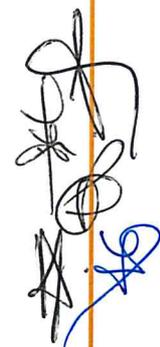
No ano 2016, registou-se a redução de 2 trabalhadores, comparando com o ano 2015 que eram 63



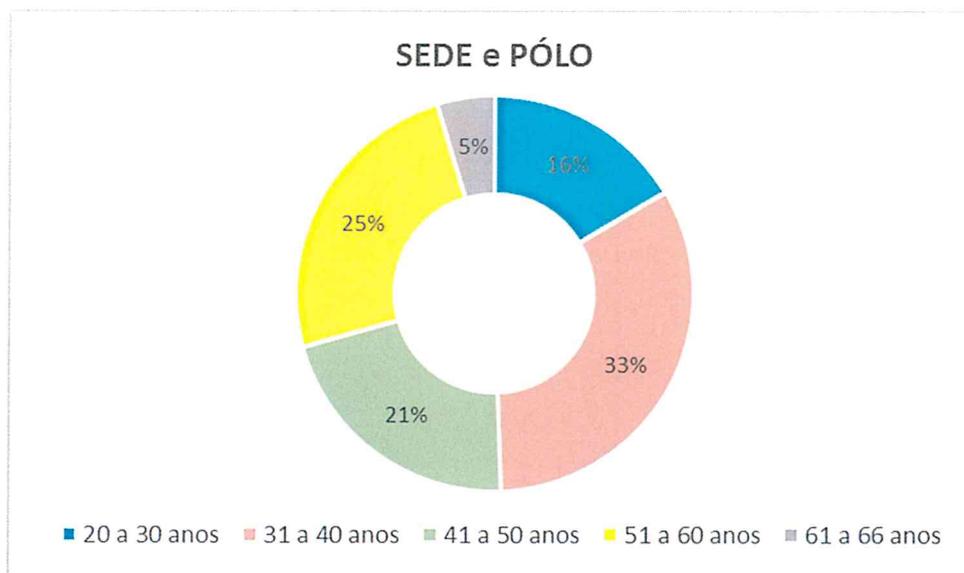
[Handwritten signature]



No ano 2016, registou-se a redução de 1 trabalhador, comparando com o ano 2015 que eram 25

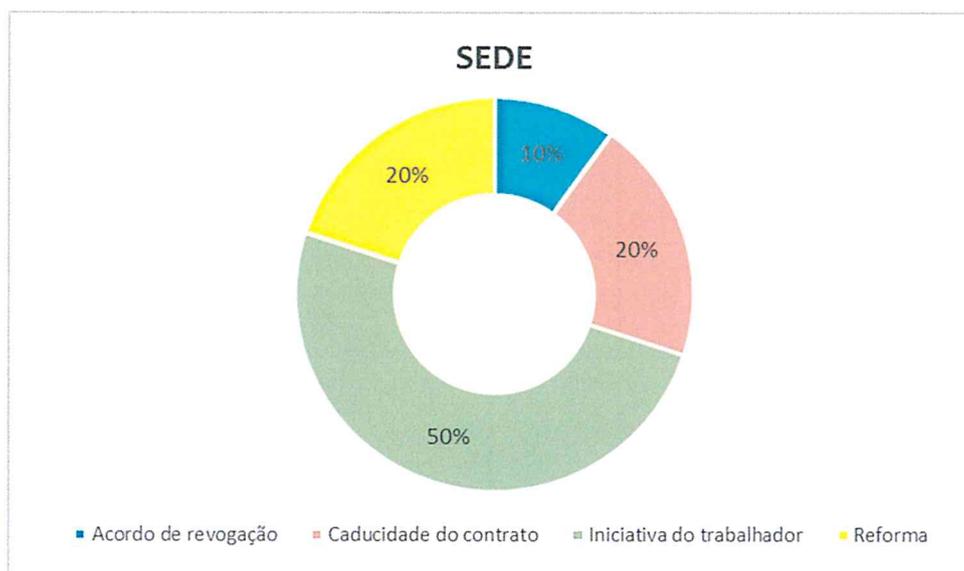


3. Faixas Etárias dos Colaboradores



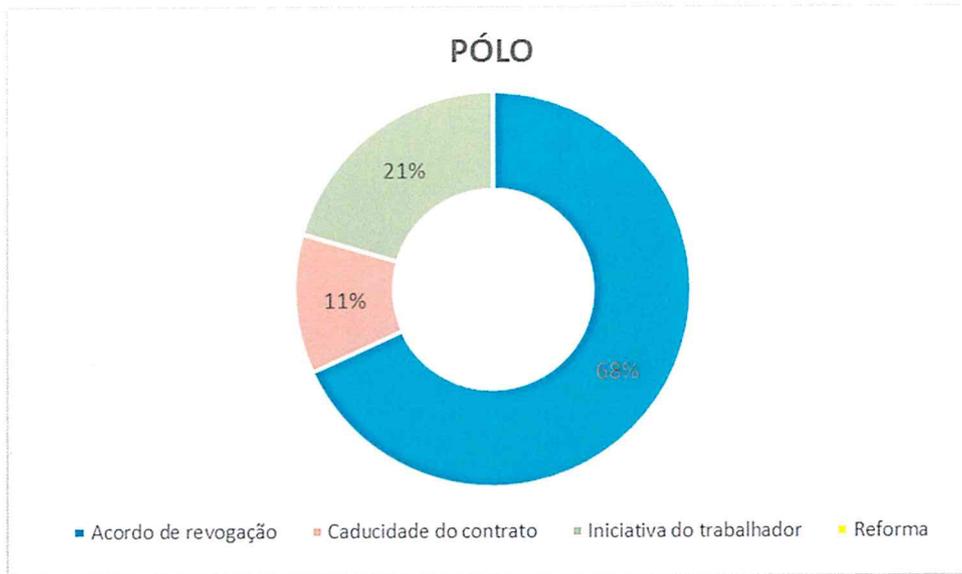
No ano 2016, a média de idades dos trabalhadores era de 42 anos

4. Rescisões do Contrato de Trabalho



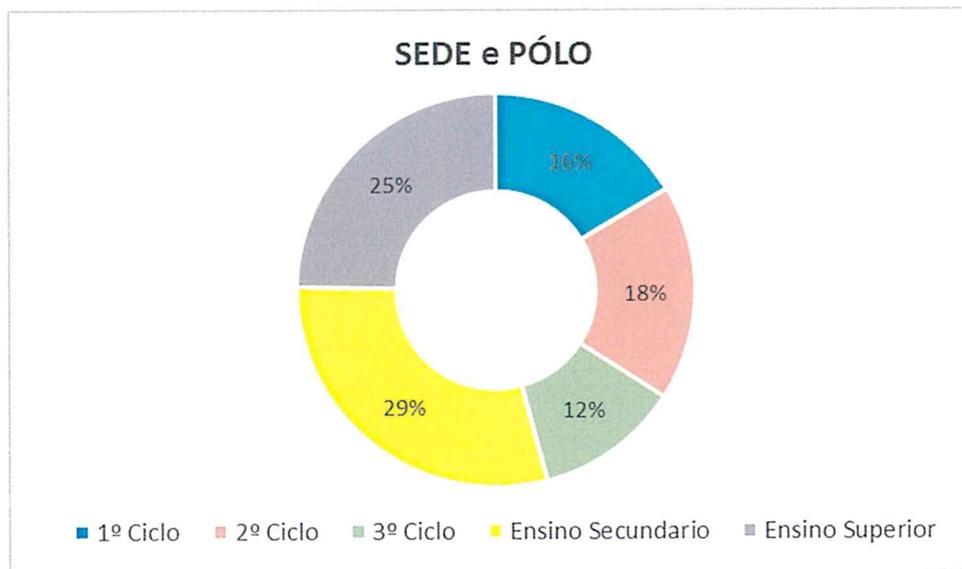
No ano 2016, rescindiram o contrato de trabalho 10 pessoas

Handwritten signatures and initials in blue and black ink.

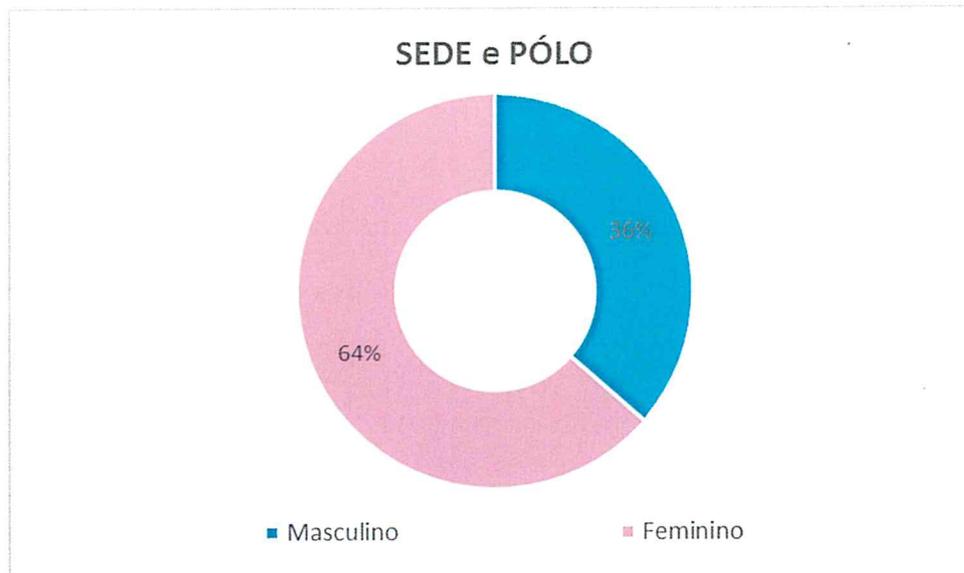


No ano 2016, cessaram o contrato de trabalho 9 pessoas

5. Habilitações Literárias



6. Género



7. Estágios Profissionais



No ano de 2016 o Centro Juvenil de Campanhã contou com o apoio de 2 estagiárias. O estágio profissional consiste na formação prática em contexto de trabalho que se destina a complementar e a aperfeiçoar as competências da estagiária, visando a obtenção de uma formação técnico-profissional e deontológica legalmente obrigatória com vista ao exercício da profissão de Psicóloga.

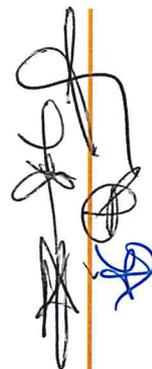
Demonstrações Financeiras

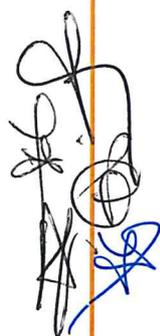
1. Balanço Individual em 31-12-2016

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2016	2015
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis		2.579.450,18	2.591.950,17
Bens do património histórico e cultural		0,00	0,00
Propriedades de investimento		0,00	0,00
Activos intangíveis		2.417,69	2.417,69
Investimentos financeiros		3.505,29	2.271,54
Beneméritos, patrocinadores, associados, membros		0,00	0,00
Outros créditos e ativos não correntes		0,00	0,00
		2.585.373,16	2.596.639,40
Activo corrente			
Inventários		8.741,15	8.579,63
Créditos a receber		0,00	0,00
Estado e outros entes públicos		0,00	48.281,80
Fundadores, beneméritos, patrocinadores, associados, membros		0,00	0,00
Diferimentos		0,00	0,00
Outros ativos correntes		23.344,06	25.718,29
Caixa e depósitos bancários		198.873,76	324.281,93
		230.958,97	406.861,65
Total do activo		2.816.332,13	3.003.501,05
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos		419.725,57	419.725,57
Excedentes técnicos		0,00	0,00
Reservas		0,00	0,00
Resultados transitados		822.453,92	534.267,49
Excedentes de revalorização		0,00	0,00
Ajustamentos/outras variações nos fundos patrimoniais		551.040,22	555.553,73
Resultado líquido do período		-43.589,06	288.186,43
		1.749.630,65	1.797.733,22
Total dos fundos patrimoniais		1.749.630,65	1.797.733,22
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões		0,00	0,00
Provisões específicas		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		351.460,72	0,00
Outras dívidas a pagar		415.044,30	0,00
Outros		0,00	0,00
		766.505,02	0,00
Passivo corrente			
Fornecedores		115.723,88	552.310,27
Estado e outros entes públicos		43.558,03	50.108,87
Fundadores, beneméritos, patrocinadores, associados, membros		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		40.797,96	432.694,70
Diferimentos		0,00	0,00
Outras passivos correntes		100.116,59	167.553,99
		300.196,46	1.202.667,83
Total do passivo		1.066.701,48	1.202.667,83
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		2.816.332,13	3.000.401,05

2. Demonstração Individual de Resultados por Naturezas em 31-12-2016

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2016	2015
Vendas e serviços prestados		86.358,42	93.376,60
Subsídios, doações e legados à exploração		0,00	0,00
ISS, IP - Centros Distritais		1.258.782,70	1.394.103,13
Outros		2.603,87	1.729,44
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		-212.633,09	-247.532,04
Fornecimentos e serviços externos		-352.755,46	-257.469,13
Gastos com o pessoal		-1.000.076,07	-1.099.939,68
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos		195.089,78	382.072,77
Outros gastos		-66.763,55	-14.216,98
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		-89.393,40	252.124,11
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		-26.850,57	-28.654,05
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-116.243,97	223.470,06
Juros e rendimentos similares obtidos		79.552,77	80.024,97
Juros e gastos similares suportados		-6.897,86	-15.308,60
Resultado antes de impostos		-43.589,06	288.186,43
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		-43.589,06	288.186,43





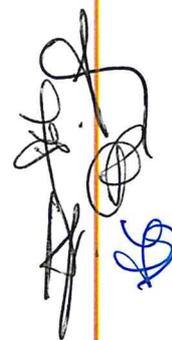
3. Demonstração Individual de Resultados por Funções em 31-12-2016

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2016	2015
Vendas e serviços prestados		86.358,42	93.376,60
Custos das vendas e dos serviços prestados		-212.633,09	-247.532,04
Resultado bruto		-126.274,67	-154.155,44
Outros rendimentos		1.535.446,09	1.857.140,20
Gastos de distribuição		0,00	0,00
Gastos administrativos		-1.352.831,53	-1.357.408,81
Gastos de investigação e desenvolvimento		0,00	0,00
Outros gastos		-83.186,11	-37.513,94
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-26.846,22	308.062,01
Gastos de financiamento (líquidos)		-16.742,84	-19.875,58
Resultado antes de impostos		-43.589,06	288.186,43
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		-43.589,06	288.186,43



4. Demonstração Individual de Fluxos de Caixa em 31-12-2016

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2016	2015
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo			
Recebimentos de clientes e utentes		86.358,42	93.376,60
Pagamentos a fornecedores		-406.429,59	-355.081,54
Pagamentos ao pessoal		-716.040,63	-733.863,32
Caixa gerada pelas operações		-1.036.111,80	-995.568,26
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		0,00	0,00
Outros recebimentos/pagamentos		945.301,06	1.037.276,01
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		-90.810,74	41.707,75
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		-18.474,00	-44.826,54
Activos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		-4,88	-3,71
Outros ativos		0,00	0,00
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis		0,00	0,00
Activos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		788,54	391,72
Outros activos		0,00	0,00
Subsídios ao investimento		0,00	0,00
Juros e rendimentos similares		40.849,92	57.893,82
Dividendos		0,00	0,00
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		23.159,58	13.455,29
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Realizações de fundos		0,00	0,00
Cobertura de prejuízos		0,00	0,00
Doações		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-40.436,02	-47.738,67
Juros e gastos similares		-6.578,06	-10.479,31
Dividendos		0,00	0,00
Reduções de fundos		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		-10.747,81	-6.514,84
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		-57.761,89	-64.732,82
Variação de caixa e seus equivalentes (1 + 2 + 3)		-125.413,05	-9.569,78
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		324.331,81	200.563,88
Caixa e seus equivalentes no fim do período		198.918,76	190.994,10



Anexo

1. Identificação da Entidade

O Centro Juvenil de Campanhã, é uma instituição particular de Solidariedade Social sem fins lucrativos sob a forma de Associação e em conformidade com o disposto no Estatuto aprovado pelo Decreto-lei n.º 119/83, de 25 Fevereiro, alterado pelo Decreto-lei n.º 402/85 de 11 de Outubro e no Regulamento aprovado pela Portaria n.º 139/2007, de 29 de Janeiro, procedeu a Direcção-Geral da Segurança Social ao registo definitivo da alteração dos estatutos da instituição particular de solidariedade social reconhecida como pessoa colectiva de utilidade pública com sede social na Rua Pinheiro de Campanhã, 468 – 4300 415 Porto, tem como atividade a promoção da população infantil e juvenil de todo o país, bem como dos países de língua oficial portuguesa, numa perspectiva de solidariedade social.

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

2.1. As presentes demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com o modelo do regime da normalização contabilística para as entidades do sector não lucrativo (SNC-ESNL), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de março de 2011.

Instrumentos legais aplicáveis:

- Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho - Modelos de demonstrações financeiras;
- Portaria 218/2015, de 23 de julho - Código das Contas;
- Aviso n.º 8259/2015, de 29 de julho - NCRF-ESNL.

2.2. No presente exercício não foram derogadas quaisquer disposições do SNC-ESNL.

2.3. Os valores constantes das demonstrações financeiras do período findo 31 de dezembro de 2016 são comparáveis em todos os aspetos significativos com os valores de 2015. De referir que as contas de 2015 foram reexpressas face às alterações introduzidas pelo normativo acima referido, de modo a assegurar a sua comparabilidade.



3. Principais Políticas Contabilísticas

3.1. Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas a partir de registos contabilísticos do Centro Juvenil de Campanhã, de acordo com a normalização contabilística para as entidades do setor não lucrativo (ESNL).

3.1.1. Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos ao CJC a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que o CJC tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam susceptíveis de permitir atividades presentes e futuras adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	6
Equipamento transporte	5
Equipamento biológico	6
Equipamento administrativo	6
Outros Ativos fixos tangíveis	

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias resultantes da alienação ou da retirada dos ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e a quantia escriturada na data de alienação/retirada, sendo registadas na demonstração dos resultados como “Outros rendimentos e ganhos” ou Outros gastos e perdas”.

3.1.2. Inventários

Os “*Inventários*” estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

O Centro Juvenil de Campanhã adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado ou o FIFO (*first in, first out*). Os Inventários que não sejam geralmente intermutáveis devem ser atribuídos custos individuais através do uso de identificação específica.

Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo dos materiais incorporados, mão-de-obra direta e gastos gerais.

Os Inventários que o CJC detém, mas que se destinam a contribuir para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados não estão diretamente relacionados com a capacidade de para ela gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo histórico ou custo corrente, o mais baixo dos dois.

3.1.3. Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos “Instrumentos Financeiros” com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;



- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Alterações no risco segurado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
 - Entrada em incumprimento de uma das partes;
 - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Alterações na taxa de câmbio
 - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

Beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

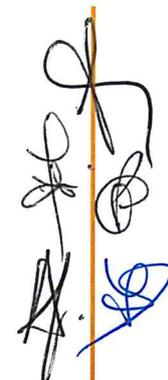
Clientes e outras contas a Receber

Os “*Clientes*” e as “*Outras contas a receber*” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “*Perdas por Imparidade*” são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.





Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato o CJC avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE)

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “*Caixa e depósitos bancários*” inclui o caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “*Fornecedores*” e “*Outras contas a pagar*” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.1.4. Fundos Patrimoniais

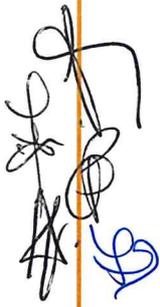
A rubrica “*Fundos*” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “*Fundos Patrimoniais*” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.1.5. Provisões

Periodicamente, o CJC analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um



evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo de recursos que incorporem contributos para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras da entidade. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

3.1.6. Financiamentos Obtidos

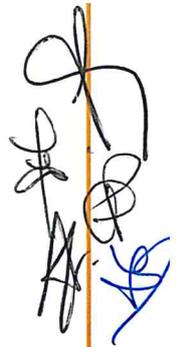
Empréstimos obtidos

Os “*Empréstimo Obtidos*” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “*Encargos Financeiros*” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “*Juros e gastos similares suportados*”.

3.1.7. Estado e Outros Entes Públicos

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) o CJC está isento de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) “*As pessoas colectivas de utilidade pública administrativa;*
- b) *As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas colectivas àquelas legalmente equiparadas;*
- c) *As pessoas colectivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.”*



4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

5. Ativos Fixos Tangíveis

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2015 e de 2016, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

	Saldo em 01-Jan-2015	Aquisições/ Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2016
Custo						
Terrenos e recursos naturais	406.395,59					406.395,59
Edifícios e outras construções	2.618.482,25	0,00				2.618.482,25
Equipamento básico	251.956,91	2.109,65				254.066,56
Equipamento transporte	171.997,53		24.419,04			147.578,49
Equipamento biológico	249,40					249,40
Equipamento administrativo	115.015,73	12.240,93				127.256,66
Outros Ativos fixos tangíveis						
Total	3.564.097,41	14.350,58	24.419,04	0,00	0,00	3.554.028,95
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais						
Edifícios e outras construções	458.805,34	20.705,26				479.510,60
Equipamento básico	243.755,23	1.468,73				245.223,96
Equipamento transporte	167.797,53	0,00	24.419,04			143.378,49
Equipamento biológico	249,40					249,40
Equipamento administrativo	101.539,74	4.676,58				106.216,32
Outros Ativos fixos tangíveis						
Total	972.147,24	26.850,57	24.419,04	0,00	0,00	974.578,77

6. Custos de Empréstimos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

Descrição	2016			2015		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Empréstimos bancários	40.797,96	351.460,72	392.258,68	432.694,70		432.694,70
Locações financeiras			0,00			0,00
Contas caucionadas			0,00			0,00
Contas bancárias de factoring			0,00			0,00
Contas bancárias de letras descontadas			0,00			0,00
Descobertos bancários contratados			0,00			0,00
Outros empréstimos - Formação			0,00	3.100,00		3.100,00
Total	40.797,96	351.460,72	392.258,68	435.794,70	0,00	435.794,70

Em 31 de Dezembro de 2016, os planos de reembolso da dívida da Entidade, referente a empréstimos obtidos, detalham-se como segue:

Descrição	2016			2015		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Até um ano	40.797,96		40.797,96	3.100,00		3.100,00
De um a cinco anos			0,00			0,00
Mais de cinco anos		351.460,72	351.460,72	432.694,70		432.694,70
Total	40.797,96	351.460,72	392.258,68	435.794,70	0,00	435.794,70

7. Inventários

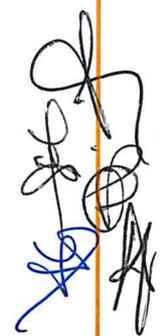
Em 01 de Janeiro de 2015 e 31 de dezembro de 2016 a rubrica “*Inventários*” apresentava os seguintes valores:

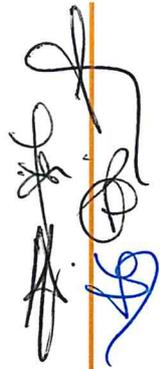
Descrição	Inventário em 01-Jan-2015	Compras	Reclassificações e regularizações	Inventário em 31-Dez-2015	Compras	Reclassificações e regularizações	Inventário em 31-Dez-2016
Mercadorias							
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	6.788,94	60.667,22	188.617,19	8.579,63	59.071,05	153.684,61	8.741,15
Produtos acabados e intermédios							
Produtos e trabalhos em curso							
Total	6.788,94	60.667,22	188.617,19	8.579,63	59.071,05	153.684,61	8.741,15
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				247.493,72			212.594,14
Variações nos inventários da produção				0,00			0,00

8. Rédito

Para os períodos de 2015 e 2016 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2015	2016
Prestação de serviços	314.979,02	273.349,14
Quotas dos utilizadores	93.376,60	86.358,42
Quotas e jóias	645,00	660,00
Promoções para captação de recursos	211.557,53	177.887,33
Outros não especificados	9.399,89	8.443,39
Juros	790,11	583,03
Royalties		
Dividendos		
Total	315.769,13	273.932,17





9. Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de Dezembro de 2015 e 2016, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios do Governo" e "Apoios do Governo":

Descrição	2015	2016
Centro Regional Segurança Social	1.394.103,13	1.258.782,70
Creches	140.381,40	142.851,96
Jardim de infância	92.880,18	107.454,78
Lares e internatos de crianças e jovens	1.067.852,51	914.279,80
Centro de acolhimento temporário	71.773,44	72.778,56
Unidade de emergência	21.215,60	21.417,60
Autarquias e outros	1.729,44	2.603,87
Apoios diversos	1.729,44	2.603,87
Do Exterior		
Fundo Social Europeo		
Orçamento Segurança Social		
Total	1.395.832,57	1.261.386,57

10. Benefícios dos empregados

Os órgãos sociais da Entidade não auferem qualquer remuneração, de acordo com os estatutos e legislação aplicável às IPSS.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2015 foi de "88" e em 31/12/2016 foi de "85".

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2015	2016
Remunerações aos Órgãos Sociais		
Remunerações ao Pessoal	883.717,17	788.146,64
Benefícios Pós-Emprego		
Indeminizações	13.400,00	26.592,08
Encargos sobre as Remunerações	191.983,15	172.818,20
Seg. Ac. No Trabalho e Doenças Profissionais	9.215,76	12.519,15
Gastos de Ação Social		
Outros Gastos com o Pessoal	1.623,60	
Total	1.099.939,68	1.000.076,07



11. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

12. Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

12.1. Outras contas a receber

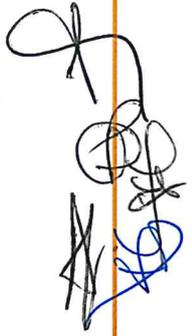
A rubrica “*Outras contas a receber*” tinha, em 31 de dezembro de 2015 e 2016, a seguinte decomposição:

Descrição	2015	2016
Adiantamentos ao pessoal		
Adiantamentos a Fornecedores de Investimentos		
Devedores por acréscimos de rendimentos	22.311,15	19.456,50
Outros Devedores		3.732,17
Perdas por Imparidade		
Total	22.311,15	23.188,67

12.2. Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “*Caixa e Depósitos Bancários*”, a 31 de dezembro de 2015 e 2016, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	2015	2016
Caixa	1.907,89	3.311,20
Depósitos à ordem	70.871,84	88.559,86
Depósito a prazo	251.502,20	107.002,70
Outros	49,88	49,88
Total	324.331,81	198.923,64



12.3. Fundos Patrimoniais

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo em 01-Jan-2016	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-Dez-2016
Fundos	419.725,57			419.725,57
Excedentes técnicos				
Reservas				
Resultados transitados	534.267,49	288.186,43		822.453,92
Outras variações nos fundos patrimoniais	555.553,73		4.513,51	551.040,22
Total	1.509.546,79	288.186,43	4.513,51	1.793.219,71

12.4. Fornecedores

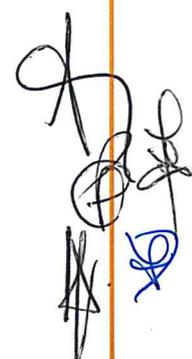
O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2015	2016
Fornecedores c/c	128.275,76	110.792,94
Fornecedores títulos a pagar		
Fornecedores faturas em recepção e conferência		
Total	128.275,76	110.792,94

12.5. Estado e Outros Entes Públicos

rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Descrição	2015	2016
Ativo		
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC)		
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	0,00	0,00
Outros Impostos e Taxas		
Total	0,00	0,00
Passivo		
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC)		
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)		
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS)	10.028,40	7.110,13
Segurança Social	39.933,90	36.222,82
Outros Impostos e Taxas	146,57	225,08
Total	50.108,87	43.558,03


12.6. Outras Contas a Pagar

A rubrica “*Outras contas a pagar*” desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2016		2015	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Pessoal		2.774,36		1.598,76
Remunerações a pagar		2.774,36		1.598,76
Cauções				
Outras operações				
Perdas por imparidade acumuladas				
Fornecedores de investimentos	415.044,30	4.835,43		420.839,00
Credores por acréscimos de gastos		30,00		30,00
Outros credores		151,75		151,75
Total	415.044,30	7.791,54	0,00	422.619,51

12.7. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “*Fornecimentos e serviços externos*” nos períodos findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, foi a seguinte:

Descrição	2015	2016
Subcontratos		
Serviços especializados	76.461,62	150.948,17
Materiais	19.227,48	26.544,22
Energia e fluidos	102.535,20	116.463,78
Deslocações, estadas e transportes	10.629,68	10.083,89
Serviços diversos	48.615,15	48.715,40
Total	257.469,13	352.755,46

12.8. Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de “*Outros rendimentos e ganhos*” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2015	2016
Rendimentos Suplementares		757,20
Descontos de pronto pagamento obtidos		
Recuperação de dívidas a receber		
Ganhos em inventários		
Rendimentos e ganhos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos		
Rendimentos e ganhos nos restantes activos financeiros	133.337,71	4,88
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	79.234,86	78.969,74
Outros rendimentos e ganhos	248.735,06	194.327,70
Total	461.307,63	274.059,52

12.9. Outros gastos e perdas

A rubrica de "Outros gastos e perdas" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2015	2016
Impostos	114,10	274,24
Descontos de pronto pagamento concedidos		
Dividas incobráveis		
Perdas em inventários		
Gastos e perdas em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos		
Gastos e perdas nos restantes activos financeiros		
Gastos e perdas de investimentos não financeiros		
Outros gastos e perdas	8.745,79	56.061,30
Total	8.859,89	56.335,54

12.10. Resultados Financeiros

Nos períodos de 2016 e 2015 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2015	2016
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	14.150,85	6.578,06
Diferenças de câmbio desfavoráveis		
Outros gastos e perdas de financiamento	6.514,84	10.747,81
Total	20.665,69	17.325,87
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	790,11	583,03
Dividendos obtidos		
Outros rendimentos similares		
Total	790,11	583,03
Resultados financeiros	-19.875,58	-16.742,84

12.11. Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2016.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2016 foram aprovadas pela Administração do Centro Juvenil Campanhã em 08 de março de 2017.

Porto, 08 de março de 2017

A Administração



SEDE
Rua Engenheiro de Campanhã, 468
1320-415 Porto
T 225 193 810 F 225 193 811
geral@centrojuvenilcampanha.com

PÓLO
Rua da Estrada Velha, Lugar da Árvore
4480-107 Vila do Conde
T 252 249 470 F 252 249 479
geral@centrojuvenilcampanha.com

NIF 501275983